



**DESPACHO N.º 13/2016**  
**Contratação de Apoio Jurídico**

A atividade municipal, no domínio das suas atribuições e competências, importa conhecimentos técnicos específicos e especializados, tais como, nomeadamente, os que respeitam à realização de concursos e outros procedimentos de contratação e de efetivação de despesas públicas, ao urbanismo e construção, aos recursos humanos, ao apoio às comissões de análises de propostas de realização de empreendimentos públicos, ao apoio a questões suscitadas no âmbito de atividades inspetivas (Tribunal de Contas e Inspeção Administrativa Regional).

No caso das especificidades inerentes a uma autarquia como a das Lajes das Flores, importa também acautelar a eventual necessidade de intervenção em procedimentos jurisdicionais, à semelhança do que já tem sucedido em anos anteriores.

A câmara municipal não dispõe de técnicos especializados na área do direito público para, em função da complexidade e volume de matérias respetivas, efetivar os serviços e o apoio jurídico necessários àqueles desideratos, situação que se enquadra numa atualidade - e permanente - da necessidade de continuidade de efetivação dos referidos serviços;

A sociedade de advogados "Morais Sarmiento, Almeida Farinha & Associados SP, RL" desenvolve a sua atividade na Região Autónoma dos Açores, é detentora de advogados com conhecimentos específicos na área do direito administrativo, pratica preços de mercado muito favoráveis nas circunstâncias específicas do mercado regional (conforme é do conhecimento público geral e desta autarquia em particular, face a outros procedimentos de idêntica natureza de contratação de serviços especializados na área do direito público, quer por parte do Governo Regional, quer por parte das demais autarquias locais sedeadas no Arquipélago), sendo os seus profissionais detentores de vasta experiência e reconhecidos em diversas áreas do direito, como seja, concretamente, acentua-se, a do direito administrativo, depositando-se confiança nos seus serviços, que, de resto, têm sido efetivados para o Município nos últimos anos.



Revela-se, deste modo, em função do princípio da proporcionalidade e dos preços usualmente praticados no mercado, atentas as conhecidas circunstâncias de mercado, acentua-se (e também compatíveis com o preço-base preconizado pelo Município para uma prestação de serviços jurídicos como aquela que ora se equaciona - e que, recorda-se uma vez mais, inclui ainda serviços de contencioso judicial na área do direito administrativo), não só adotar-se o procedimento de ajuste direto para a contratação dos serviços em causa, como convidar a referida sociedade de advogados, nos termos e para os efeitos do estabelecido nos artigos 36º, 38º e 114º. nº 1 do Código dos Contratos Públicos.

Neste sentido, visa-se, com o presente procedimento, pela necessidade de continuidade em dispor dos serviços em causa, conforme já acima se aludiu, a contratação dos serviços jurídicos daquela Sociedade de Advogados, em regime de avença, dado serem atinentes com o exercício de profissão liberal, com especial incidência na área do direito público e para apoio do Município no domínio das suas atribuições e competências, nomeadamente no apoio à realização de concursos e outros procedimentos de contratação e de efetivação de despesas públicas, ao urbanismo e construção, aos recursos humanos, ao apoio às comissões de análises de propostas de realização de empreendimentos públicos, ao apoio a questões suscitadas no âmbito de atividades inspetivas (Tribunal de Contas e Inspeção Administrativa Regional) e ainda para representação do Município em processos de contencioso judicial que relevem do direito administrativo;

Considerando a matéria de contratação de prestações de serviços, nos termos dos artigos 15º/1 e 20º/a) do Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro (APROVA O REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES), conjugados com o disposto no artigo 20º/1, a), 1ª parte, do Código dos Contratos Públicos (CCP), é legalmente permitido às entidades adjudicantes recorrerem à modalidade de contratação por ajuste direto dentro do limiar-limite inferior a € 75 000,00;

Por outro lado, o contrato a celebrar é também susceptível de poder ser interpretado como convocando igualmente a disciplina de contratação correspondentemente aplicável à luz do estabelecido nos artigos 10º e 32º da Lei nº 35/2015, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LGTFP), nos arts. 19º e 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (que aprovou o Orçamento do Estado – OE –



para 2016), no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 -B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro, sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (no entretanto revogada pela citada Lei n.º 35/2015, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LGTFP)

Tendo presente que, pelo n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 -B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro, sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 2 do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (no entretanto revogada pela Lei n.º 35/2015, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – LGTFP), quando devidamente conjugado, para as autarquias locais, com o actualmente disposto nas disposições imperativas e hierarquicamente superiores dos n.ºs 5, 6 e 10 do art. 35º da cit. Lei do OE/2016, a celebração de contratos de serviços depende de prévio parecer favorável do presidente do órgão executivo relativamente à verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo n.º 6 do referido art. 35º da Lei do OE/2016, **com as devidas adaptações**, e sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 -B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro;

Considerando, deste modo, que, nas autarquias locais, tomando por referência ainda a Portaria nº 149/2015, de 26 de maio (por não ter sido ainda publicada nova Portaria legal em 2016), a emissão do mencionado parecer favorável depende da verificação dos seguintes requisitos cumulativos, v.g. quanto a que se demonstre que:

- a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b) Existência de cabimento orçamental;
- c) Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- d) Em conjugação com a nova disposição imperativa e hierarquicamente



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

superior do nº 1 do art. 35º da Lei do OE/2016, demonstração de que os valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2016, venham a renovar-se **ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2015 não ultrapassam os valores pagos em 2015**, sendo que, para efeitos da aplicação deste mesmo normativo, é considerado **o valor total agregado dos contratos** sempre que, em 2016, a mesma contraparte preste mais do que um serviço ao mesmo adquirente – situação que, de resto, se manterá em 2017, face ao disposto no art. 38º/1 e 2 da já conhecida proposta de Orçamento do estado para 2017 (PL 370/2016, 2016.10.13);

- e) Inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, cujo procedimento é definido por portaria prevista nos termos do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas – situação que não surge, todavia, mais prevista na referida proposta do OE/2017;

Atento todo o supra exposto, cumpre, antes do mais, emitir o competente **parecer prévio vinculativo legal**, nos termos seguintes, considerando-se que:

- a) O contrato presentemente equacionado não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de forma autónoma, não se sujeitando, pela sua evidente natureza, na sua execução ou conteúdo, à direção e disciplina dos superiores hierárquicos deste município;
- b) Contempla-se dotação orçamental por conta do Orçamento para 2017, pela rubrica 02/020220, conforme se pode comprovar pela declaração de cabimento que se anexa;
- c) Não existe impedimento conhecido à celebração do contrato, quer em função do regime de contratação adotado, quer porque sempre se verificará/acautelará, *in casu*, estarem reunidos os pressupostos do art. 55º do CCP e 33º do Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de



dezembro (o que, na fase de habilitação do procedimento, igualmente se aferirá);

- d) Quanto ao disposto no nº 1 do artigo 35º da Lei de OE/2016, verifica-se que na contratação que ora se equaciona os valores pagos à mesma contraparte por contrato vigente em 2015 não ultrapassam quaisquer valores pagos em 2015, mantendo-se o mesmo preço base de contrato anterior (e já anteriormente objecto de redução legal, em conformidade com o estipulado ao longo dos anos pelas sucessivas leis do Orçamento do Estado nestas matérias) – situação que igualmente se enquadra na mencionada disciplina do art. 38º/1 e 2 da referida proposta de OE/2017;
- e) No que concerne à verificação da inexistência, nas autarquias locais, de pessoal em *situação de requalificação*, para o efeito do parecer a emitir por parte do presidente do executivo, a disciplina inerente em sede de contratações de serviços, além de se não prever expressamente para as autarquias locais na referida proposta de OE/2017, sempre teria, inexoravelmente, de ser devidamente harmonizada com o respetivo âmbito de aplicação às especificidades decorrentes da organização própria do Poder Local e não já especificamente com as regras que, na mesma matéria, se aplicariam em geral à Administração Central, tal como anteriormente veiculado pelo Secretário de Estado da Administração Local para situações semelhantes, designadamente no âmbito de recrutamento de pessoal, entidade esta que, mediante despacho, veiculou o conhecido entendimento de que “as autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação (...)”, fundamentando-se na alínea c) do artigo 3º do regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções pública, e preconizando que: “este regime é aplicável aos serviços da administração autárquica nos termos do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro. Ora, o artigo 16º do Decreto-Lei nº 209/2009 determina que, na administração autárquica o exercício das competências previstas para a entidade gestora do sistema de requalificação (INA), nos termos do disposto no artigo 29º da





*Lei nº 80/2013 e no artigo 3º da Portaria nº 48/2014) compete a uma entidade gestora da requalificação nas autarquias (EGRA) relativamente aos respetivos processos de reorganização e trabalhadores (...)."* Nestes termos, ainda de acordo com o referido Despacho - e independentemente da criação e entrada em funcionamento das referidas EGRA, *"as autarquias locais não têm de consultar o INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação./Nos termos do artigo 16º-A do Decreto-Lei nº 209/2009, as autarquias locais são entidades gestoras subsidiárias enquanto as EGRA não estiverem em funcionamento."* Tem-se, deste modo, presente que na Administração Local, para o efeito do parecer a emitir pelo presidente do órgão executivo camarário, continuará apenas, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, a estar em causa a confirmação dos pressupostos da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º da LGTFP (corresponde à antiga alínea a) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008), ou seja, a não subordinação hierárquica, a que se junta, igualmente, a verificação dos pressupostos das alíneas b) e c) do nº 1 do mesmo artigo 32.º (correspondem às antigas alíneas c) e d) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008), ou seja, observação do regime legal da aquisição de serviços, que inclui, naturalmente, a cabimentação orçamental da despesa; e a verificação do contratado demonstrar ter a sua situação contributiva (fiscal e para com a segurança social) devidamente regularizada, conforme determina igualmente o nº 1 do citado artigo 6º do referido DL nº 209/2009, de 3 de setembro;

Nestes termos, **é conferido parecer favorável** à contratação que em seguida se desenvolve, e na sequência deste mesmo parecer:

Deve ser dado início ao procedimento de "ajuste direto" para a nova contratação em apreço, porém com as seguintes especificidades, face ao quadro legal acima exposto (e considerando-se igualmente o clausulado-convite e o caderno de encargos que se juntam, e que ora também se aprovam, nos termos do artigo 40º/1, a) e 2 do Código dos Contratos Públicos).



**MUNICÍPIO DE LAJES DAS FLORES**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Lajes das Flores, 24 de novembro de 2016

O Presidente da Câmara

Luís Carlos Martins Maciel

